

## Partidos do DF tentam blindar Fundo Constitucional

**ORÇAMENTO /** Políticos do DF se mobilizam para manter correção das verbas pela variação da receita corrente líquida da União, mas relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), sustenta que não haverá perdas

# Unidos pelo Fundo Constitucional

» ANA MARIA CAMPOS

Uma reunião de representantes de 13 partidos, marcada para hoje, vai traçar uma estratégia política para tentar evitar o congelamento do Fundo Constitucional do Distrito Federal pelos próximos anos, a partir de 2025. O encontro é uma iniciativa do presidente regional do PSD, Paulo Octávio, que mobilizou ontem a classe política da cidade para tentar alterar o texto final do deputado Cláudio Cajado (PP-BA) sobre o arcabouço fiscal.

Com o requerimento de urgência aprovado na semana passada na Câmara dos Deputados, a matéria — prioridade da equipe econômica do governo Lula — deve ser apreciada em plenário a qualquer momento, possivelmente ainda nesta semana, a depender do acordo de líderes.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), comanda as negociações e, inclusive, indicou Cajado, um aliado, para a relatoria.

Cajado incluiu em seu relatório um artigo, não previsto no texto original encaminhado pelo Executivo, que muda a forma de cálculo para atualização do Fundo Constitucional ano a ano. Hoje a regra é de crescimento com base na variação da corrente líquida da União. Mas Cajado quer estabelecer um teto. O aporte anual dos recursos orçamentários destinados ao Fundo será corrigido levando em conta o limite da despesa primária do Poder Executivo da União.

Ou seja, a variação será mais baixa e, as despesas com pessoal no Distrito Federal crescem, no mínimo, de forma vegetativa, mesmo sem aumento salarial ou novas contratações. A despesa primária é, basicamente, relacionada à saúde e à educação. O governo federal controla, pode gastar mais ou menos.

Assessoria de Comunicação



**Cláudio Cajado:** "Afirmo que o Distrito Federal só tem a ganhar"

Vincular algo que a União pode controlar significa que pode não ter aumento e até um índice menor. Com a correção pela receita corrente líquida, a variação depende da evolução da economia. É trocar um índice de correção que está nas mãos do mercado por variação que depende da política econômica.

Mas Cláudio Cajado diz que não haverá perdas para o Distrito Federal. "Afirmo que o Distrito Federal só tem a ganhar", disse ao *Correio*. Segundo ele, o patamar do Fundo Constitucional vai chegar a R\$ 24 bilhões em 2024 e a partir daí só terá a ganhar, com a certeza da correção acima da inflação. "Podem confiar

em mim, não haverá mais oscilação", garantiu. Cajado sustenta que a variação com base no mercado pode trazer perdas, caso haja instabilidades econômicas. Da forma como ele prevê, isso não ocorrerá.

### Instabilidade

O governador Ibaneis Rocha (MDB) alertou, como mostrou ontem a coluna *Expo Capital*, que a mudança nas regras do Fundo Constitucional cria uma situação de instabilidade que compromete a articulação em andamento para a recomposição de 10% dos salários dos servidores das forças de segurança, impede qualquer avanço

em negociações com professores que estão em greve e também paralisa concursos públicos.

Aliada de Lira, e também do partido de Cajado, a vice-governadora Celina Leão, que preside o PP-DF, está acompanhando a questão com empenho. Ela está fora do Brasil e não deve ir hoje à reunião com os partidos políticos, que ocorrerá no Kubitschek Plaza Hotel. Mas tem conversado com os aliados do PP e será representada pelo vice-presidente regional da legenda, o ex-deputado Valdelino Barcelos. "Temos que buscar apoio de líderes de todos os partidos. Essa iniciativa do governador Paulo Octávio é importante porque



**Não podemos deixar que o Fundo esteja sujeito a diminuições ao longo do tempo, pois o DF é sede dos Três Poderes e tem limitações econômicas e territoriais"**

**Alberto Fraga, (PL-DF)**

dependemos de uma grande mobilização", afirma Celina.

Na semana passada, Celina reuniu deputados distritais, entre os quais o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), e parlamentares federais com Cajado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) no Congresso. O relator do arcabouço fiscal pediu empenho dos líderes na votação para que demonstrem apoio na mudança do texto.

Paulo Octávio diz que já conversou com o líder do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA), e vai pedir que todos procurem aliados no Congresso. A bancada do Distrito Federal conta com apenas oito dos 513 deputados e tem pouco poder de fogo. A vice-presidente do PT-DF, Rosilene Corrêa, que é dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), vai à reunião representando o partido do presidente Lula. Ela está em contato com o líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu, para uma avaliação sobre o cenário de votações.

Mas os deputados Alberto Fraga (PL-DF) e Fred Linhares (Republicanos-DF) apresentaram uma emenda para tentar retirar essa alteração do projeto de lei complementar que trata do arcabouço fiscal. "Não podemos deixar que o Fundo esteja sujeito a diminuições ao longo do tempo, pois o DF é sede dos Três Poderes e tem limitações econômicas e territoriais. O financiamento da segurança pública, saúde e educação é fundamental para manter a estabilidade financeira do DF", acredita Fraga.

Presidente do PL-DF, a deputada Bia Kicis também garantiu presença na reunião. Ela acredita na possibilidade de reversão do relatório, do mesmo modo o presidente do União Brasil, Manoel Arruda. "Vamos trabalhar", disse ao *Correio*.

### O que é o Fundo Constitucional do DF:

Previsto na Constituição Federal de 1988, tornou-se realidade com a sanção, no fim de 2002, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso de uma lei que tratou especificamente sobre as regras de cálculo e repasse. A verba é destinada ao custeio da organização e manutenção da área de segurança pública e ajuda para as despesas de educação e saúde. Em 2023, o valor previsto no orçamento é de R\$ 22.971.652.340, sendo R\$ 10.196.975.689 para a segurança, R\$ 7.144.401.762,00 para a saúde e R\$ 5.630.274.890 para a educação. Pela lei, o valor repassado é corrigido com base na variação da receita corrente líquida da União, de junho de julho do ano anterior. Ou seja, a correção do repasse para 2024 corresponde à variação de junho de 2022 a julho de 2023.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Cidades **Página:** 13